



Gerência de Educação Ambiental
Diretoria de Gestão das Águas e do Território
Instituto Estadual do Ambiente
(21) 2334-9670 / (21) 2334-9671
geam.inea@gmail.com

www.inea.rj.gov.br

www.ambiente.rj.gov.br

www.coletaseletivasolidaria.com.br

www.educacaoambientalineia.blogspot.com



Combate ao Tráfico de Animais Silvestres



inea instituto estadual
do ambiente





Texto

Diana Levacov, Gepro/Dibap/Inea/RJ.

Revisão

Sérgio Soares, Dibap/Inea/RJ; Geisy Leopoldo e Thaís Pimenta, Digat/Inea/RJ e Telma Abreu, Presidência /Inea/RJ

Diagramação

Raphael Durão

INDEX

• Tráfico de animais silvestres	2
• Lei dos Crimes Ambientais	4
• Risco de transmissão de doenças	6
• Crueldade do tráfico	7
• O comércio ilegal destes animais é antes de tudo um ato de brutalidade	8
• Liberdade nas Unidades de Conservação	9
• Saiba como fazer uma denúncia de Crimes Ambientais	10
• Legislação pertinente	11
• Para saber mais	16

Tráfico de Animais Silvestres

O tráfico de animais silvestres é uma grave ameaça à fauna nativa. Trata-se de um comércio ilegal que coloca em risco populações inteiras de espécies brasileiras para o seu uso como animais de estimação, confecção de produtos com partes animais, em laboratórios, coleções, circos etc. Em sua ânsia de lucro, os traficantes não hesitam em gerar um ônus para toda a sociedade e um prejuízo incalculável para o ambiente.

Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) ficam lotados com animais feridos e maltratados pelas precárias condições do cativeiro. Além do desequilíbrio ecológico causado pela retirada destes animais da natureza - que dá origem ao fenômeno da Floresta Vazia - a soltura equivocada de animais abandonados e apreendidos provoca o risco de estabelecimento de populações exóticas invasoras. Fiscais e policiais correm até risco de morte para combater essa ação criminosa!

Um dos motivos para captura e venda de animais silvestres é o seu uso como animais de estimação ou pet. A domesticação de animais silvestres é hábito arraigado no Brasil. Trata-se de um costume copiado das populações indígenas, que chamavam os animais de estimação de xerimbabo (coisa muito querida). O sequestro e envio de animais para outros países também é antigo: começou com a volta das caravelas de Pedro Álvares Cabral, já em 1500.

Já naquela época, porém, se relatava que esses animais não costumavam resistir ao transporte e aportavam na Europa apenas uns poucos sobreviventes:

"Ha tambem huns pequeninos pela costa, de duas castas pouco maiores que dóninhas, a que commumente chamão Sagois, ... E assim huns como outros são tam mimosos e delicados de sua natureza, que como os tiram da patria e os embarcam pera este Reino tanto que chegam a outros ares mais frios quasi todos morrem no mar, e nam escapa sinam algum de grande maravilha." Gândavo. (1576)

Entre os argumentos mais comuns para o desejo de manter animais silvestres como pets estão o fato deles serem belos e divertidos e a vontade de cuidar de indivíduos órfãos ou feridos. Porém, não raro, esses mesmos animais são entregues posteriormente aos órgãos ambientais ou abandonados por conta do aumento da sua agressividade ao crescerem, da dificuldade de custear sua manutenção e das reclamações pelo incômodo causado aos vizinhos.

Devido às más condições de captura, transporte e manutenção, a maioria dos animais retirados da natureza não retorna à vida selvagem, causando um dano ambiental irreparável e reservando a esses indivíduos um destino de morte ou de eterno cativeiro. Para mudar esse quadro, é preciso elevar a conscientização pública e mobilizar sociedade e órgãos ambientais em prol da fauna nativa.



Anilhamento irregular que levou ao mutilamento da pata de um curió.
Foto: Daniel Neves, Cetas/Ibama/RJ.



Arara após a cirurgia para correção de fratura de asa ocorrida por maus tratos em cativeiro doméstico.
Foto: Daniel Neves, Cetas/Ibama/RJ.

Lei dos Crimes Ambientais

Algumas espécies animais podem ser adquiridas legalmente por particulares. Porém, é importante destacar que isso somente é permitido quando são adquiridos em criadouros comerciais autorizados pelo Ibama e acompanhados de nota fiscal e marcação individual.

Animais silvestres em cativeiro podem se tornar agressivos e causar prejuízos materiais, acidentes por mordidas e arranhões ao atingirem a maturidade. São comuns os registros de fugas e invasões a residências vizinhas, o que causa inúmeros conflitos.

Consequentemente, muitos desistem de continuar criando esses animais e tentam entregá-los a zoológicos ou a Centros de Triagem de Animais Silvestres. Porém, estas instituições têm dificuldades em disponibilizar vagas para recebê-los devido à grande quantidade de indivíduos já abrigados.

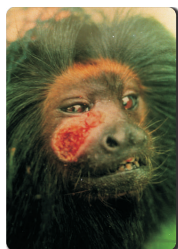
Outros simplesmente os abandonam em parques e matas, o que resulta em um impacto negativo pela competição entre os animais silvestres (os nativos e os introduzidos) pelos mesmos alimentos ou locais de abrigo. O impacto é ainda maior sobre os indivíduos que passaram longos períodos em cativeiro doméstico: além de sofrerem possíveis agressões de outros animais, encontram sérias dificuldades para se alimentar, pois nunca aprenderam a buscar sua própria comida.

Os casos de animais silvestres introduzidos em áreas que não pertencem à sua origem geográfica são gravíssimos, principalmente quando se tratam de espécies que se adaptam bem a diferentes ambientes, como os saguis. A proliferação destas populações é prejudicial ao equilíbrio ambiental, pois podem tornar-se dominantes ou mesmo hibridizar com as populações nativas, descaracterizando essas espécies e reduzindo suas populações. A introdução de espécies exóticas pode até mesmo comprometer, nessas regiões, o trabalho de recuperação de espécies ameaçadas de extinção. Estudos do Ibama mostram que os saguis (ou micos-estrela) compõem mais da metade do total dos primatas recebidos pela instituição. Quase um terço dos primatas é entregue aos Cetas de forma voluntária, revelando a inadequação deste grupo à domesticação.

O comércio ilegal de animais silvestres é a 3ª categoria em volume de denúncias recebidas da população pela Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj). Isso demonstra a gravidade do problema na nossa região, mas também um crescente grau de comprometimento e conscientização dos cidadãos do Estado em relação a este tipo de crime.



Transporte precário do canário-da-terra apreendido irregularmente.
Foto: Daniel Neves, Cetas/Ibama/RJ.



Actinomicose em mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*).
Foto: Alcides Pissinatti, CPRJ/Inea/RJ.

Risco de transmissão de doenças

Um grande número de doenças pode ser transmitida pelos animais silvestres ao homem e vice-versa (as chamadas zoonoses) e, inclusive, causar a morte de ambos. Entre elas estão a febre amarela, a hepatite tipo A, a herpes e a tuberculose.

Um animal privado da convivência com indivíduos da mesma espécie irá, possivelmente, sofrer as consequências do isolamento social, como sintomas de depressão e estresse. Se for criado desde filhote apenas em companhia humana, não aprenderá o comportamento normal de sua espécie, o que pode prejudicar seu comportamento adulto e impedir sua readaptação ao ambiente natural.

Outro problema comum em animais silvestres em cativeiro domiciliar é o tratamento inadequado recebido de seus supostos “donos”, o que gera estresse térmico (quando são transferidos de uma região a outra do País), desnutrição, flacidez muscular e enfermidades. Ali, ao invés dos alimentos naturais e diversificados, correspondentes às suas necessidades nutricionais, há uma rotina similar à dos humanos, como ingestão de macarrão, bebidas alcoólicas e doces.

Crueldade do tráfico

A aquisição de animais silvestres de fontes duvidosas promove o tráfico ilegal destes animais, que silencia nossas florestas e envolve inúmeros atos de maus-tratos. A venda de um filhote com procedência irregular nas feiras livres, por exemplo, pode significar que inúmeros outros indivíduos foram mortos, como membros da sua família, na tentativa de protegê-los, ou outros filhotes que morreram no caminho. Na avidez do lucro fácil, o bem-estar dos animais não é considerado em momento algum.



O comércio ilegal destes animais é antes de tudo um ato de brutalidade

Muitos animais são retirados ilegalmente das Unidades de Conservação da Natureza, como Parques e Reservas Biológicas, prejudicando os esforços de manutenção do equilíbrio ecológico. Por outro lado, a introdução equivocada de animais de espécies originadas de outras regiões nessas Unidades também impacta negativamente a fauna e a flora locais.



Casa na mata para abrigar animais capturados irregularmente.
Foto: Sub-Tenente BM Márcio Valle, Cogefis/Inea/RJ.



Material apreendido pelo antigo IEF.
Foto: Sub-Tenente BM Márcio Valle, Cogefis/Inea/RJ.

Liberdade nas Unidades de Conservação

Fora da Natureza, os animais silvestres dificilmente procriam, aumentando o risco de extinção da espécie. Livres em seus habitats naturais, eles cumprem sua função ecológica. Alguns exemplos são a disseminação de sementes e pólen e o seu papel na cadeia alimentar. O animal silvestre que vive em ambiente doméstico é considerado ecologicamente morto. A captura de animais silvestres para o comércio ilegal está entre as maiores ameaças à fauna nas Unidades de Conservação fluminenses. Vamos reverter este quadro!

Saiba como fazer uma denúncia de Crimes Ambientais

Em casos de suspeita de comércio ilegal de animais silvestres ou outros crimes ambientais, faça uma denúncia o Disque Ambiente do Inea:

(21) 2332-4604

de 2ª a 6ª-feira, de 10 às 18h, Endereço eletrônico:

faleconosco@inea.rj.gov.br

Para o Disque-Denúncia Crimes Ambientais
2253-1177 ou **0300-253-1177** (interior do Estado)

Mais informações no link

www.disquedenuncia.org.br

Disque Meio Ambiente da Alerj: **0800-282-0230**

ou ainda para a

Linha Verde do Ibama por meio do telefone gratuito
0800-61-80-80

ou no link: www.ibama.gov.br/ouvidoria-linhaverde/index.php/servicos/como_denunciar

Legislação pertinente

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988

Título VIII da Ordem Social Capítulo VI do Meio Ambiente

“Art. 225. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VII - proteger o Meio Ambiente adotando iniciativas como: proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.”

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - Lei dos Crimes Ambientais.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

“CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção I

Dos Crimes contra a Fauna

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida;

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3 São espécies da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratória e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.”

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

II - em período proibido à caça;

III - durante a noite;

IV - com abuso de licença;

V - em unidade de conservação;

VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados ou exóticos;

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.”

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

“Seção III

Das Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente

Subseção I

Das Infrações Contra a Fauna

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de

extinção constante ou não da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

§ 1º As multas serão aplicadas em dobro se a infração for praticada com finalidade de obter vantagem pecuniária.

§ 2º Na impossibilidade de aplicação do critério de unidade por espécime para a fixação da multa, aplicar-se-á o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou fração.

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.”

LEI Nº 5.098, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 DO RIO DE JANEIRO

Institui o Dia Estadual de Repressão ao Tráfico de Animais Silvestres e dá outras providências.

“O Governador do Estado do Rio de Janeiro Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "DIA ESTADUAL DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES", comemorado, anualmente, no dia 1º de dezembro.

Art. 2º O Poder Executivo editará os atos necessários à execução desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2007.

SÉRGIO CABRAL
Governador”

Para saber mais, acesse

www.portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1478

www.ibama.gov.br/fauna/trafico/procedimentos.htm

www.institutohorus.org.br

www.renctas.org.br/pt/trafico/default.asp

Ou leia:

ACHA, P.N.; SZYFRES, B. Zoonosis um y enfermedades transmissible comunes al hombre y a los animales. Washington, EUA: Organizacion Panamericana de la Salud, 1977. 708 p.

BLOOD, D.C.; HENDERSON, J.A.; HADOTITS, O. M. Clínica veterinária. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1983. 1.121 p.

CARLSTEAD, K.. Effects of captivity on the behavior of wild mammals. In: Wild Mammals in Captivity: principles and techniques (KLEIMAN et al., Ed.), Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1996. 639 p.

DINIZ, L.S.M. 1997. Primatas em Cativeiro: manejo e problemas veterinários. Ed. Ícone, São Paulo, 196p.

FOTIN, C. M. P. Levantamento prospectivo dos animais silvestres, exóticos e domésticos não convencionais, em cativeiro domiciliar, atendidos em clínicas particulares no município de São Paulo: aspectos do manejo e principais afecções. 2005. 206f. Dissertação (Mestrado em Patologia Experimental e Comparada) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil : História da Província de Santa Cruz (1576). In: O reconhecimento do Brasil. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 69-130 (200 p.).

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC. Animais silvestres: convivência e riscos, 1ª edição. Rio Branco: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 1994. 30 p., il.

LEVACOV, Diana; JERUSALINSKY, Leandro. Primatas brasileiros em Centros de Triagem: análise dos registros de 2002 a 2005. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NA AMAZÔNIA E AMÉRICA LATINA, 7., 2006, Ilhéus. Anais... Ilhéus: Uesc, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=2140&state=SH>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

LEVACOV, Diana; JERUSALINSKY, Leandro; FIALHO, Marcos de Souza. Tráfico Nacional de Primatas: Taxons, Origens e Destinos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PRIMATOLOGIA, 12., 2007, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: SBPr, 2007. 1 CD - ROM. Disponível em: <<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=1660&state=SH>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

LEVACOV, Diana ; SILVA, Washington de Oliveira. Realidade da fauna nas Unidades de Conservação da Natureza estaduais do Rio de Janeiro. In: SBASS Simpósio Brasileiro de Animais Silvestres e Selvagens, 5., 2010, Viçosa, 2010, Viçosa. Anais... Viçosa : Cetas/UFV, 2010. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/YDty_3H5/Resumo_S_BASS_LevacovSilva_2010.html>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LORENZ, K. Os fundamentos da etologia. São Paulo: UNESP; 1993.

MANDELL, G.L.; DOUGLAS, R.G.; BENNET, J.E. Enfermidades infecciosas. Buenos Aires: Editora Medica Panamericana, 1991. 1.179 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2005. Manual da Vigilância de Epizootias em Primatas Não-Humanos. Brasília, 58p.

NAGY, T. Principais zoonoses de interesse em saúde pública e urbana. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. 58 p. (Série J. Caderno, I).

Informações a serem coletadas para subsidiar uma denúncia sobre crime ambiental contra animais silvestres:

Tipo da ocorrência;
Local da ocorrência;
Referências da casa e estradas de acesso / Local da feira e referência da barraca;
Nome e/ou apelido do(s) suspeito(s);
Horário usual de caça/exposição e venda de animais;
Espécie de animal e tamanho;
Nome (opcional) e telefone(s) para contato.